

Artigo de apresentação

**TRABALHO E COOPERATIVISMO RURAL: INSERÇÕES E
CONTRAPOSIÇÕES AO MODELO DE ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA**

**WORK AND RURAL COOPERATIVISM: INSERTIONS AND
COUNTERPOSITIONS TO THE CAPITALIST ACCUMULATION
MODEL**

**TRABAJO RURAL Y COOPERATIVISMO: INSERCIONES Y
CONTRAPOSICIONES AL MODELO DE ACUMULACIÓN
CAPITALISTA**

Raoni Fernandes Azerêdo (UFOPA)
raoniazereado@gmail.com

Fernando Rodrigo Farias (UFMS/CPAQ)
fernando.rodrigo@ufms.br

Wilian Padilha (IFPR)
wilian_padilha@hotmail.com

Martín Bageneta (CEIL-CONICET, Argentina)
bagemartin@gmail.com

Juan José Rojas Herrera (UACH, México)
rojashjj@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente texto tem a dupla função de fazer a apresentação formal do dossiê **Trabalho e Cooperativismo Rural** e abordar alguns aspectos históricos, geoeconômicos e teóricos que foram julgados importantes pelos organizadores para compreensão do movimento cooperativo no meio rural latino-americano.

Foi partindo do princípio de que as formas associativas no campo são as mais diversas, cada uma seguindo o caminho ditado pela realidade na qual está inserida¹ e que, no Brasil e na América Latina, a discussão em torno do cooperativismo torna-se complexa em virtude das distintas dinâmicas produtivas, econômicas e sociais, que apresenta-se a Edição Especial **Trabalho e Cooperativismo Rural: Inserções e contraposições ao sistema**

¹ Gonçalves (1987).

capitalista, cujo objetivo é colocar em evidência os diferentes estudos sobre o papel do cooperativismo no desenvolvimento rural, suas manifestações no campo latino-americano e internacional e os impactos para o mundo do trabalho, independentemente do tipo ou tamanho da associação.

A proposta surgiu a partir da iniciativa de professores e pesquisadores do cooperativismo rural de três nacionalidades – Brasil, Argentina e México – que buscavam um espaço para debater e divulgar trabalhos sobre a temática. Prontamente, a equipe editorial da Revista PEGADA aceitou o projeto de um dossiê sobre o cooperativismo e, assim, fica aqui nosso agradecimento aos membros, pelo aceite e pela ajuda na concretização do trabalho. Do mesmo modo, externamos nossa gratidão aos autores que nos confiaram seus artigos e aos pareceristas que se dispuseram em lê-los e avaliá-los.

A relação dual entre cooperativas e capitalismo – que ora age em contraposição ora age com inserção – remonta de debates tão antigos quanto as primeiras cooperativas. No caso do cooperativismo agropecuário, tal dualidade se expressa na coexistência de associações que se colocam como ferramentas de resistência dos movimentos populares as desigualdades e explorações do sistema e as cooperativas cujo exercício está vinculado a lógica capitalista, atuando em conformidade e promovendo o avanço das forças produtivas e relações capitalistas no campo. É importante observar que, a despeito do tipo de cooperativismo, as relações com o mundo do trabalho são um aspecto central para compreender suas tramas na lógica da resistência e subordinação.

Em linhas introdutórias, o movimento cooperativo latino-americano organiza-se em duas grandes categorias: a) as cooperativas de produtores rurais vinculados à agricultura capitalista, que atuam na maximização da produtividade e rentabilidade dos sócios e as b) cooperativas de agricultores que utilizam o sistema cooperativo para desenvolver a base produtiva e possibilitar avanços socioeconômicos e políticos, mesmo diante das contradições do modo de produção capitalista. Aqui chegamos ao segundo objetivo do artigo: discutir brevemente as cooperativas como inserções ou contraposições ao sistema capitalista de produção. Nesse sentido, foram elencados pelos organizadores três temas importantes, que culminaram em três itens: *As dinâmicas socioeconômicas do cooperativismo rural na América Latina*, *Cooperativismo e a inserção capitalista no campo* e *Resposta solidária e popular do cooperativismo rural na América Latina*. Por fim, ao invés de uma conclusão, dissertamos brevemente sobre cada um dos artigos que integram a Edição Especial.

Vale ressaltar que este artigo foi construído a partir de análises bibliográficas e documentais, levantamento e tratamento de dados estatísticos e pelo debate entre os pesquisadores da organização, em que cada um trouxe para o texto suas experiências e estudos sobre o cooperativismo rural. Justamente por isso, o material que se segue, apesar de genérico, é eclético e diverso, assim como a própria realidade do cooperativismo no campo latino-americano.

DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DO COOPERATIVISMO RURAL NA AMÉRICA LATINA

O cooperativismo, como instituição de fato, surgiu em 1844 na Inglaterra, no decurso da primeira Revolução Industrial, como uma resistência às relações de capital e trabalho impostas pelo novo modelo de produção, o capitalismo. A forte difusão dos novos meios de produção e à nova organização do sistema de trabalho desencadearam a reação de 28 operários de vários ofícios, que resultou na criação da Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos, considerada a primeira cooperativa do mundo². Essa originária cooperativa já trazia consigo dois aspectos que iriam marcar o movimento cooperativista nas próximas décadas e séculos: a luta contra a exploração e as desigualdades da sociedade capitalista e a possibilidade de promoção econômica e social dos sócios (SINGER, 2002).

A partir de sua gênese, o cooperativismo expandiu-se em números e para diversos segmentos da economia – denominados ramos de atuação – como o de consumo, produção, crédito e rural. Na perspectiva geográfica, as cooperativas difundiram-se rapidamente pela Europa e depois para o restante do globo. Ainda na década de quarenta do século XIX já haviam cooperativas de produção na França e de crédito na Alemanha e, no final do mesmo século, as primeiras associações apareceram no continente americano.

² Conforme indica Pinho (1966), a cooperação e união das pessoas em torno de objetivos em comum, no sentido amplo, é tão antiga quanto a própria vida humana. Contudo, o aparecimento de cooperativas como instituição de fins econômicos e sociais deu-se em 1844, com os Pioneiros de Rochdale, data considerada como nascimento oficial do cooperativismo. A autora também destaca, em outra publicação, que, desde as primeiras experiências cooperativas ocidentais, até o início do século XIX, na França e na Inglaterra houve tendências doutrinárias em contradição e disputa. Na International Cooperative Alliance (ICA) – em seu processo de formação – triunfou a concepção que lhe conferia a supremacia do modelo consumidor (Manchester), em relação ao plano de emancipação do produtor (com centros em Londres e Nimes). Essa disputa foi um marco da origem do cooperativismo, assim como, por outro lado, apontou a tensão entre o negócio e as concepções doutrinárias (PINHO, 1987).

Na América Latina, o cooperativismo deparou-se com realidades de extrema pobreza, desigualdade e exploração e tornou-se uma importante alternativa para o desenvolvimento da região. Os primeiros países com manifestações/ebulições cooperativistas foram Brasil, México, Argentina e Venezuela, porém, logo no princípio do século XX, estavam presentes em praticamente todos os países latino-americanos. Destacaram-se no processo de criação e incentivo ao cooperativismo regional a Igreja Católica, sindicatos, imigrantes europeus e os próprios governos. Ao perceber o potencial das cooperativas para a solução de problemas urbanos e rurais, vários Estados passaram a fomentá-las, resultando em uma característica do cooperativismo latino-americano: a forte relação entre Estado e cooperativas (REGO, 1977)³.

No caso do México, durante o último quartel do século XIX e até a eclosão da Revolução Mexicana, em 1910, o Estado foi o principal fomentador das cooperativas agrícolas como forma organizada e produtiva de ocupação dos espaços rurais. Já durante a década de 1920 e início dos anos 1930, a Igreja Católica adquiriu um maior protagonismo ao promover a formação de Bancos de Poupança e Crédito Rurais em vários estados da Região Oeste do país e, sob o regime Cardenista (1934-1940), mais uma vez o Estado vai ocupar o papel central na promoção do cooperativismo agrícola. A formação de cooperativas por iniciativa dos próprios produtores rurais é um fenômeno mais recente, que se tornou relevante a partir do início dos anos 1970, como forma de resistência à exclusão econômica decorrente da expansão neoliberal no país.

Na Argentina, Azerêdo, Banageta e Christoffoli (2018) assinalam que, o cooperativismo agrário teve origem com a imigração europeia do início do século XX, onde se formou o seu núcleo histórico, quando, no primeiro momento do peronismo (1946-1955), o número de associações quintuplicou. Já no caso brasileiro, a década de 1930 marca o início da utilização do cooperativismo enquanto um instrumento institucional para romper as condições de “atraso” agrícola. Contudo, foi na década de 1960, que ambos os Estados induziram fortemente a organização associativa dos produtores agrícolas em vista do atingimento de metas dos planos econômicos.

³ Coque Martínez (2002) aponta diferentes razões de origem das cooperativas na região e as características que assumem. Os três tipos de origens são: os migrantes europeus (casos argentinos e brasileiros), a Igreja Católica e os governos nacionais (nos casos do Peru e do México). Há, ainda, as cooperativas criadas pelos próprios sujeitos, como é o caso de cooperativas que surgem a partir de conflitos com o setor empregador (Estado ou capital).

Além do mais, a condição de subdesenvolvimento e dependência da América Latina acabou por estimular e moldar as características do movimento cooperativo. Apesar do cooperativismo nascer como uma resposta ao modelo de produção, o capitalismo e a organização social presentes na Europa e os existentes na América Latina, no início do século XX, eram distintos. Enquanto nos países europeus a industrialização e urbanização estavam em estágios avançados, a estrutura socioeconômica latino-americana era fundada no modelo agrário-exportador, em que a maior parcela da população e da produção econômica localizavam-se no campo. Da mesma forma, era neste meio que manifestavam-se as maiores desigualdades e exploração. Não por acaso, será o ramo agropecuário do cooperativismo o que mais prosperará no continente.

Enquanto os movimentos cooperativos dos países europeus vinham “de baixo para cima”, com grande participação dos operários e forte presença no meio urbano, na América o movimento foi impulsionado pelo Estado e voltado, em geral, para o meio rural. Isso acabou, também, por imprimir no cooperativismo latino-americano mais uma particularidade: ora era uma ferramenta de resistência e luta contra a exploração, ora era um instrumento a favor das elites políticas e agrárias para manutenção de seus interesses e das desigualdades⁴. Azerêdo, Bageneta e Christoffoli (2018) detalham, por exemplo, que em toda a América Latina e, sobretudo no Brasil e Argentina, no âmbito mais recente, frações do cooperativismo nacional ocuparam posições centrais no bloco de poder agrário-capitalista⁵.

Tal complexidade se reflete nos diferentes tipos de cooperativas no meio rural: cooperativas agropecuárias para o comércio e exportação, para subsistência e abastecimento interno, reforma agrária e acesso à terra, de grandes ou pequenos produtores, de agricultores familiares, camponeses ou latifundiários, mais ou menos integradas à dinâmica do mercado,

⁴ Rios (2007) comenta que o cooperativismo aparece no Brasil sob uma dupla e contraditória face: por um lado, é o instrumento eficaz na organização econômica da agricultura de exportação, da agricultura capitalizada voltada para o abastecimento interno e da agricultura latifundiária nordestina e, por outro, é uma solução para a comercialização agrícola dos pequenos produtores, pescadores e artesãos. Dessa maneira, tanto para o agronegócio como na agricultura familiar, o cooperativismo pode ser considerado como um instrumento adequado. No primeiro caso, em termos organizacionais, no segundo, em termos de promoção socioeconômica mediante políticas de desenvolvimento.

⁵ No caso brasileiro, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi crucial para a manutenção da unidade da doutrina cooperativista, garantindo que ela permanecesse alinhada ao projeto político do regime militar, e em estreita afinidade ao objetivo de implantar relações capitalistas de produção no campo brasileiro até os tempos atuais.

cooperativas empresariais ou solidárias e assim por diante⁶. Por consequência, apesar dos processos de colonização e realidades socioeconômicas semelhantes, o cooperativismo rural na América Latina tornou-se muito diverso. Mesmo em um país, como é o caso do Brasil, pode-se constatar diferentes formas de organização associativa no meio rural. Por vezes, até em um único município coexistem duas ou mais cooperativas totalmente diferentes quanto a sua estrutura de capital e estratégias de ação.

Um efeito disso é a dificuldade na obtenção de dados estatísticos que expressem a real dimensão socioeconômica do cooperativismo agropecuário na região. A Aliança Cooperativa Internacional das Américas (ACI Américas) apresenta cerca de 13 mil cooperativas filiadas – de vários ramos – que englobam mais de 32 milhões de sócios⁷. Contudo, os dados, além de defasados, subestimam o verdadeiro tamanho do cooperativismo, uma vez que muitas instituições não fazem parte de organizações representativas⁸.

Apesar da diversidade, pode-se classificar o movimento cooperativo latino-americano em duas grandes categorias: as cooperativas de produtores rurais vinculados a agricultura capitalista e as cooperativas de produtores rurais como resistência ao modo de produção. A relação dual entre cooperativas e capitalismo – ora como contraposição ou inserção – foi, e continua sendo, amplamente debatida, contudo, essa dualidade transparece a própria natureza do cooperativismo, que varia de acordo com o tempo e o espaço!

COOPERATIVISMO E A INSERÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO

Na América Latina, para compreender a integração do cooperativismo à lógica capitalista é, antes de mais nada, necessário olhar para o papel do Estado, que foi a mola propulsora na promoção de um sistema cooperativista agropecuário vinculado aos projetos

⁶ Chayanov (2017), sobre as formas de organização cooperativa, enfatiza a centralidade do tipo de sujeito social agrário para compreender suas estruturas e ações. Nesta perspectiva, pode-se visualizar as diferenças entre os camponeses com pouca capitalização e aqueles estratos com maior dotação de capital e trabalho.

⁷ Mogrovejo, Mora e Vanhuynegem (2012).

⁸ No Brasil, há um segmento não vinculado à OCB, no movimento que se denomina da Economia Solidária, articulado a movimentos sociais, sindicais e pastorais, que se opõem ao modelo pregado pela organização monolítica do cooperativismo e estão organizadas na União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias – UNICOPAS, que congrega 2.600 cooperativas do campo e cidade e cerca de 850 mil associados (AZERÊDO, BAGENETA e CHRISTOFFOLI, 2018). Para Coque Martínez (2002) e Navas (2004), os Estados Nacionais dedicam pouca capacidade de registro ao setor da economia social, solidária e popular, com os quais as estatísticas não são representativas do fenômeno.

nacionais de desenvolvimento econômico e superação de crises, de produção e de necessidade do capital interno em expansão. Isso alavancou, especialmente a partir do início do século XX, o movimento organizacional, social, econômico e político do cooperativismo na região e fomentou a integração do setor à dinâmica capitalista.

Gonçalves (1987), ao estudar o caso brasileiro, alega que o cooperativismo tornou-se estratégico ao desenvolvimento capitalista no campo, pois a exigência de eficiência da agricultura moderna não é compatível com um grande número de produtores isolados, sem estrutura produtiva e de comercialização e com tecnologias de baixo rendimento cultural. Nesse sentido, as políticas governamentais buscaram no cooperativismo criar organizações dinâmicas, bem estruturadas e integradas em conjuntos complexos produtivos, que possibilitassem o uso de novas tecnologias na produção agrícola e na transformação de produção, alcançando estágios de economia de escala para estas unidades produtoras de economia primária, geralmente de difícil penetração para inovações.

Desta forma, as cooperativas de produtores rurais, a partir da modernização do campo, passaram a ser concebidas como instituições de centralização de capital aplicadas à agricultura, permitindo ganhos em escala e utilizando grande volume de insumos e tecnologia, que efetivaram a produtividade do trabalho no campo. As cooperativas agropecuárias atuaram internamente ao processo de acumulação capitalista e, segundo sua lógica, promoveram o desenvolvimento das forças produtivas (GONÇALVES, 1987).

No Brasil, em especial na Região Sul, onde prosperou o associativismo integrado ao capital, é possível afirmar que o surgimento do cooperativismo agropecuário ocorreu inicialmente pelos próprios agricultores, mas seu desenvolvimento ocorreu posteriormente, estimulado pelo Estado como uma estratégia de crescimento econômico num período em que o país necessitava alavancar o dinamismo interno superando as dificuldades oriundas das recorrentes crises do sistema capitalista⁹. Para Farias (2015), foi neste contexto de esgotamento da relação econômica/comercial entre a grande indústria multinacional

⁹ A título de ilustração, no Estado do Rio Grande do Sul, considerado o berço do cooperativismo brasileiro, o surgimento de cooperativas entre os produtores rurais derivou do interesse em romper com o processo de exploração no qual se diziam vítimas no processo de negociação envolvendo grandes comerciantes, exportadores de grãos, moageiros do trigo, indústrias do ramo de óleos vegetais e importadores dos insumos agrícolas. Os produtores alegavam que sofriam o processo de usurpação, tanto nos preços, na classificação do produto, no peso, nos juros cobrados e na manipulação do estoque regulatório que utilizavam para derrubar os preços no mercado. Ao mesmo tempo, esses produtores visualizavam na cooperativa um instrumento de autonomia, tendo a consciência de que “cujo funcionamento era por demais complexo para permitir sua participação enquanto agentes isolados” (BENETTI, 1992).

oligopólica e o comércio privado com os produtores rurais e o farto apoio estatal, que surgiram as maiores cooperativas do Brasil e da América Latina.

No mesmo sentido, na Argentina o associativismo surgiu com uma conjunção entre o impulso estatal e o capital social levado pelos diferentes grupos de migrantes. O Estado, em suas diversas instâncias, foi interlocutor permanente das cooperativas agrícolas, destinatário de solicitações, reclamações e agradecimentos. As cooperativas tornaram-se, assim, canais de colonização e modernização da agricultura. Em primeira instância, elas estavam encarregadas da comercialização, abrangendo um vasto leque de produções primárias, que traçam os perfis de cada uma das regiões do país: fazendas agrícolas, arrozais e leite na região pampeana, gado e frutas na Patagônia, algodão e erva no nordeste, vinho e açúcar no noroeste. No decorrer da primeira metade do século XX, a estrutura organizacional das cooperativas ficou mais complexa e surgiram representações de segundo grau - Asociaciones, 1922 – e, logo, de terceiro grau – Confederación, 1958.

Nesses países, embora o setor agropecuário tivesse em seu surgimento iniciativas dos próprios agricultores que historicamente as fomentaram, tendo como um dos objetivos o rompimento da estrutura comercial exploratória que criava dificuldades para o desenvolvimento econômico e social dos mesmos, não pode-se negar que foi por meio de governos democráticos liberais, conservadores e populares, com diferentes intensidades, que o cooperativismo agrícola tornou-se um instrumento adequado para suprir a lacuna da comercialização e configurar-se como agente dinamizador de relações capitalistas no campo (crédito, articulação com *tradings* agrícolas, empresas agroquímicas...).

De forma geral, no caso brasileiro e argentino, o crescimento do sistema cooperativo agropecuário deu-se principalmente após 1950, com a modernização conservadora da agricultura imbricada nos pacotes preconizados pela revolução verde e no fomento estatal (principalmente crédito rural e extensão rural) (DELGADO, 2012). Já em tempos recentes da economia do agronegócio, observa-se pujantes cooperativas atuando em diferentes regiões do Cone Sul latino-americano, com altíssima aptidão a produção/productividade agrícola, capilaridade de recebimentos de produtos agropecuários, eficiência tecnocrática/profissionalização e expansão do setor agroindustrial, evidenciando um funcionamento estrutural semelhante às grandes corporações capitalistas.

Benetti (1992) explicita muito bem o interesse público no associativismo: as cooperativas constituíram-se como importantes instrumentos para o avanço do capitalismo

no campo pois facultaram a compra de grãos, possibilitaram reduzir custos com circulação da produção, oportunizaram a difusão e incorporação de tecnologia avançada e garantiram maior produtividade física e econômica da lavoura. Por isso, afirmou a autora, o interesse do Estado em promover as cooperativas entre os agricultores. As cooperativas, ao concentrarem o comércio da produção, reduziram os gastos com a circulação da produção, facilitando a compra estatal de grãos, porque era melhor transacionar com as cooperativas do que com inúmeros agricultores isolados. De outro lado, a concentração dos produtores facilitava a difusão de uma tecnologia de exploração dos solos mais avançada, capaz de aumentar a produtividade físico-econômica da lavoura. As cooperativas transformaram-se em veículos privilegiados da modernização, fornecendo adubos, inseticidas, máquinas, novas variedades de sementes e orientação técnica e de práticas de conservação dos solos. À medida que a cooperativa repassava o crédito bancário oficial destinado à aquisição dos elementos materiais de produção, ela induzia a incorporação de tecnologia mais moderna para um maior número de produtores. Deste modo, se não fosse a cooperativa, muitos agricultores brasileiros não teriam acesso a financiamentos, dificultando a efetivação da modernização agropecuária, tanto pelo desconhecimento dos agricultores sobre os mecanismos de obtenção de crédito, como pela dificuldade dos bancos oficiais em operar um programa dessa natureza com milhares de micro-produtores dispersos.

Com o apoio público e integração crescente à dinâmica capitalista, este modelo de cooperativismo prosperou na segunda metade do século XX em toda região. A morfologia dessas organizações assemelhou-se à de uma empresa de capital privado, contudo, o fato de congregarem inúmeros pequenos produtores ao processo de modernização capitalista, que até o momento estavam à margem de qualquer desenvolvimento, garantiu ao segmento um aspecto social. Para Kautsky (1986), existem algumas vantagens conquistadas pela estrutura da grande exploração em relação às pequenas, como a organização técnica, comercial e administrativa, além do acesso ao mercado financeiro subsidiado que os grandes proprietários rurais possuem à sua disposição com maior facilidade. As cooperativas, na medida que unificaram pequenos produtores, transformaram-se em grande capital e ampliaram significativamente sua competitividade no sistema.

Logo as cooperativas ampliaram suas atividades para além de operações comerciais, adentrando na produção industrial. Esse processo variou segundo as estruturas produtivas nos locais de atuação, mas, em geral, na América Latina as principais cadeias produtivas

agroindustriais acessadas pelo setor foram nos grãos, leite, aves, suínos, café e açúcar. Assim, as instituições evoluíram do capital comercial para o industrial.

O atrelamento do sistema financeiro de crédito, público e privado, com as grandes cooperativas agropecuárias possibilitou que canalizassem recursos financeiros para diferentes finalidades, sejam elas investimentos industriais ou para custear a produção dos associados. Nessa lógica, muitas cooperativas agropecuárias criaram suas próprias cooperativas de crédito, ampliando sua capacidade de captação de recursos e financiamento (GONÇALVES, 1987; PADILHA, 2019).

Todavia, Gonçalves (1987) destaca que ao tornarem-se uma estrutura organizacional com relação com o mercado concorrencial cada vez mais complexa, houve a separação entre trabalho operacional e intelectual nas cooperativas, seguido de perda do controle dos próprios agricultores por profissionais específicos burocráticos, sem ligação com a base social da formação da cooperativa, passando a se tornar uma grande empresa capitalista tecnocrática. O autor também discorre que, ao se tratar da busca pelo lucro, existe uma diferença superficial entre cooperativas e empresas comerciais, pois ambas visam o lucro quando atuam na produção.

O período de crise dos anos 1980 e 1990, vivido em toda a América Latina, seguido pela expansão das políticas neoliberais, impactou profundamente o cooperativismo regional. Ao submeter as cooperativas às crises constantes, concorrência com produtos e empresas estrangeiras, retração dos mercados internos, dificuldade na obtenção de crédito e altas taxas de juros, criou uma situação de dificuldades operacionais e financeiras/endividamentos. As maiores cooperativas que estavam integradas ao mercado e tinham melhores acessos às políticas de salvaguardas de contenção da bancarrota criada pelo Estado, exibiram condições de manterem-se em atividade. No contexto brasileiro, este momento foi de crise no setor, com redução no número de cooperativas, sócios, produção, acompanhado de um intenso processo de liquidações e fusões (PADILHA, 2019; AZERÊDO, 2016; LATTUADA, 2006).

Conforme Lopes (2002), a crise financeira dos anos 1980/1990 desencadeou no cooperativismo agropecuário do Brasil um processo de reestruturação econômica, cuja finalidade era adaptar o setor às novas condições de mercado. Alguns focos da reestruturação foram gestão administrativa, financeira e organizacional e na posição de mercado. O próprio Estado atuou no movimento de reestruturação, fornecendo crédito para as cooperativas endividadas e auxiliando na reorganização das atividades operacionais e financeiras.

Assim, o contexto de crise econômica e política fomentou as cooperativas agropecuárias integradas ao capital¹⁰. Para manter suas atividades em nível competitivo, as cooperativas aprofundaram ainda mais sua integração à dinâmica capitalista, promovendo intensa profissionalização da gestão e foco em atividades mais rentáveis e, embora o faturamento do setor tenha aumentado exponencialmente, grande parte deste capital passou a ser retido em fundos internos e não foi redistribuído aos produtores sócios (PADILHA, 2019; AZERÊDO, 2016).

O caso mexicano evidenciou os impactos da crise nos rumos do setor: durante a fase de desenvolvimento estabilizador (1940-1970), foi impulsionado o cooperativismo agropecuário com o propósito de contribuir para o cumprimento da função atribuída à agricultura em geral, ou seja, de financiar o desenvolvimento industrial do país. Isso significou que as cooperativas agrícolas da época se dedicavam preferencialmente à produção de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, muitas vezes exclusivamente local ou regional. Nesse contexto, o tamanho e a capacidade produtiva das cooperativas eram pequenos e relativamente baixos. Com o advento do capitalismo neoliberal no México, houve uma profunda reestruturação da agricultura mexicana. Por um lado, médios e grandes produtores, com maior potencial produtivo, dedicaram-se a produzir para abastecer os mercados globais e, por outro lado, os pequenos produtores continuaram produzindo basicamente para o consumo próprio e para o mercado interno. Sem apoio ou estímulo estatais e enfrentando condições de abertura comercial indiscriminada, o segundo grupo – da agricultura camponesa e das cooperativas a ela vinculadas – sofreu forte deterioração. Com isso, um número significativo de unidades produtivas entrou em crise e, da mesma forma, um número crescente de produtores engrossou as fileiras da migração, de modo que apenas um pequeno grupo de produtores conseguiu manter-se, associados a alguns nichos de mercado, como cafeicultura, agroflorestas e produção de mel.

Na Argentina, em 1937 existiam 278 cooperativas com 42.182 associados (CRACOGNA, 1968; YURIZQUIERDO, 1972). Durante a primeira metade do século XX e graças ao incentivo do governo peronista, cresceram e se consolidaram, atingindo o auge em 1955 com 1.484 entidades e 325.024 associados (MATEO, 2012). Em 1956, o terceiro

¹⁰ Por exemplo, na Argentina, a Asociación de Cooperativas Argentinas, uma grande cooperativa de segundo grau adaptada ao agronegócio, participou das privatizações estatais na década de 1990 e se uniu a dois consórcios de empresas para operar ferrovias e, assim, juntou-se aos negócios do grande capital nacional e internacional (LATTUADA, 2006).

nível de cooperação (Federação) foi alcançado (BAGENETA, 2019). Em 1994, porém, apenas 813 entidades e 92.968 sócios estavam cadastrados no sistema. Apesar das mudanças nos números, o cooperativismo argentino manteve na sua formação a presença de pequenos e médios produtores, o predomínio da região dos Pampas e a primazia do setor agrícola sobre as demais (LATTUADA, 2006).

Em sintonia com o ocorrido em nível regional e internacional, o movimento cooperativista argentino, a partir das duas últimas décadas do século XX, registrou a tensão entre duas tendências, uma ligada ao mutualismo, pautada pelo respeito aos princípios tradicionais que as faziam um tipo *sui generis* de sociedades – sociedades de pessoas, abertas e sem exclusão a todos os que solicitam sua admissão, de trabalho remunerado e não capital – e outra, relacionado ao gerencialismo, regido pelas mudanças vivenciadas no mercado e pela necessidade de modificar o modelo tradicional, para orientá-las para uma lógica regida pela eficiência empresarial (LATTUADA, 2006)¹¹.

O Brasil também encolheu no número de cooperativas agropecuárias neste contexto, de 1.480 em 1980 para 1.334 em 1994, com o total de sócios diminuindo de 1,7 milhão em 1980 para 800 mil em 1990 e os estabelecimentos agropecuários associados a alguma cooperativa indo de 658 mil em 1985 para 550,2 mil em 1996, ou seja, 107 mil propriedades a menos (IBGE, 1995-96; OCB, 2002).

A partir dos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico em muitos países da América Latina, o modelo de cooperativa agrária integrado ao capital expandiu-se largamente na produção, receitas e em número de associados. Tal como em outros momentos, as cooperativas foram beneficiadas pelos apoios estatais, como o crédito subsidiado e incentivos fiscais, e aproveitaram-se da melhora nos panoramas internacionais e nacionais para conquistar mercados externos e aprofundar suas presenças no mercado doméstico. Neste momento, com faturamentos bilionários, um seletivo grupo de cooperativas, assume posições entre as maiores empresas do agronegócio em seus respectivos países (PADILHA, 2019).

Em 2019, no Brasil, o número de cooperativas agropecuárias registradas na OCB foi de 1.223, com cerca de um milhão de produtores sócios e 207 mil empregados. No aspecto

¹¹ Na Argentina, desde a década de 1930, três grandes vertentes ideológicas, econômicas e institucionais se formaram no cooperativismo agrário que se ramificam – com modificações – até os dias atuais. Duas delas são as posições liberais e tecnocratas, como a Asociación de Cooperativas Argentinas (ACA) e as cooperativas leiteiras como a Sancor (1938), e a terceira é o ramo agrário e sindical, representado pelas cooperativas da Federação Agrária Argentina (FAA) (OLIVERA, 2014).

financeiro, as cooperativas somaram R\$132,2 bilhões em ativos e R\$183,3 bilhões em faturamento e repassaram/absorveram aproximadamente R\$23,7 bilhões em financiamentos (OCB, 2020).

RESPOSTA SOLIDÁRIA E POPULAR DO COOPERATIVISMO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, os povos indígenas preservam e praticam suas tradições de cooperação e ajuda mútua, formas que persistem – em mutação – até hoje. Existem múltiplos e diversos exemplos no continente e pode-se mencionar, dentre outros, o caso no México de *Guetza Mixteca*, a *Guelaguetza*, *Zapoteca*, a *Mano vuelta*, o *Servicio comunal* e o sistema tradicional de policultura chamado *Milpa*, praticado em diversas regiões do país. No Equador e na Bolívia, pode-se citar as formas de viver bem e, no Peru, o modelo de cooperação do *ayllus Inca* (BAUDIN, 1961; COQUE MARTÍNEZ, 2002; ROJAS HERRERA, 2013).

Dessa forma, visualiza-se historicamente que a cooperação (mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias e as lutas) é característica basilar na reprodução das relações sociais nos espaços rurais latino-americanos, permitindo as mais antigas experiências comunitárias e as mais duradouras na agricultura. Se antigamente as comunidades agrícolas baseavam-se tradicionalmente em comunidades familiares, em que a propriedade era una, coletiva e indivisível (CHACON, 1959), observa-se nos tempos atuais uma concepção cooperativa camponesa – leia-se aqui indígena, quilombola, extrativista – de resistência aos malogros do capitalismo e também como ferramenta por melhores condições de reprodução da vida.

Diferente do que foi exposto no item anterior, o cooperativismo solidário representa uma resistência ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste sentido, a cooperação rural seria um necessário estímulo a formas autônomas de organização tanto nos campos da representação política como econômica. Christoffoli (2008) destaca alguns pontos importantes sobre esse modelo de organização no campo: a) relaciona-se a escassez de fundos públicos para investimento social; b) busca contribuir para potencializar a ação coletiva no enfrentamento e resolução de problemas/desafios sociais e econômicos; c) promove a convivência social que fortalece a capacidade dos agricultores enfrentarem seus problemas autonomamente; d) possibilita com a convivência social a alteração da consciência nos seus diversos aspectos: político, ecológico, sócio-cultural; e) favorece o encaminhamento

organizado das demandas dos agricultores; f) fortalece a capacidade de representação dos agricultores como agentes sociais autônomos e auxilia no reconhecimento pelo poder público das demandas e do enfrentamento de suas necessidades; g) somente com o desenvolvimento em paralelo da cooperação é possível estimular consolidar e dar efetividade a um novo modelo produtivo-tecnológico calcado na agroecologia.

A crise neoliberal dos anos 1980 e 1990, apesar de impactar sobre os governos e sua relação com a agricultura e cooperativismo, também fomentou a cooperação de vários movimentos sociais, ONGs, igreja, camponeses, sindicatos, desembocando na criação de um segmento teórico-prático denominado: economia solidária ou social. É nesse campo da economia solidária/social que encontra-se o cooperativismo popular solidário: um tipo de cooperativismo que questiona o modelo de cooperativismo empresarial.

Na Argentina, existem organizações camponesas que datam – algumas delas – da década de 1990, como o Movimento Camponês de Santiago del Estero. Nas últimas três décadas, a temática formou diversas experiências de economia popular como as feiras livres de Misiones (Nordeste), as redes de comércio em Jujuy (Noroeste) e os circuitos curtos, exemplos de articulação solidária que expressavam o confronto com os territórios do agronegócio e da promoção – muitas vezes com impulso do Estado e das organizações da sociedade civil – dos territórios alternativos à lógica globalizada (WAHREN e GUERREIRO, 2014).

Por sua vez, alguns autores têm distinguido as chamadas Formações Econômicas Associativas Pré-cooperativas da Agricultura Familiar (FEAPAF), especialmente nos governos Kirchner (2003-2015), formas associativas que nem sempre chegam à formalização. Seu elemento comum é que são organizações que emergem, em sua maioria, do acesso aos benefícios do Estado (LATTUADA, 2016). Enquanto as "tradicionais" cooperativas agrícolas, inscritas no agronegócio, reúnem produtores e têm como objetivo a prestação de serviços, as cooperativas de trabalho – da FEAPAF – reúnem agricultores e fornecem trabalho (SCHEINKERMAN et al., 2011).

Recentemente, em termos históricos, antes do neoliberalismo do presidente argentino Mauricio Macri (2015-2019), esses sujeitos formaram espaços de visibilidade e divulgação de sua agenda política, como o Primeiro Fórum por um Programa Agrário Soberano e Popular (2019). A agroecologia foi reforçada como prática e discurso de distinção lado a lado com

avanços em relação a implantações organizacionais anteriores com maiores experiências de processamento e articulação de interesses (PALMISANO, 2019).

No México, as cooperativas agrícolas ainda não conseguiram se firmar como sujeito coletivo com interesses e demandas próprias. É evidente a sua desarticulação orgânica, bem como a sua dependência de vários agentes externos como o Estado, os partidos políticos, a Igreja Católica, o sistema de ONGs e outros movimentos sociais. (OSWALD e SERRANO, 1978).

É imprescindível uma forte reativação interna deste tipo de cooperativas para que assumam um papel mais pró-ativo na definição dos rumos futuros do desenvolvimento agrícola nacional. A sua implantação territorial em diferentes regiões do país constitui uma vantagem que poderá ser aproveitada para desencadear diversos processos de apropriação coletiva das atividades produtivas e dos mercados locais na sua área de influência regional. A partir dessas experiências de desenvolvimento comunitário local, pode-se formular uma estratégia comum para fomentar, no futuro imediato, processos cada vez mais amplos da cadeia produtiva territorial, a partir das condições específicas de cada região e de um diálogo construtivo de saberes e de alianças com atores locais (ROJAS HERRERA, 2013).

No Brasil, desde a redemocratização no final dos anos 1980, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, mobilizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) (COSTA; JUNIOR; SILVA, 2018), fomentaram diversas cooperativas agrícolas solidárias no país. Em tempos recentes, especialmente na virada do século 21, embebidas pelas políticas públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição e Alimentos (PAA), houve uma efervescência da cooperação e estruturação do cooperativismo agrícola solidário.

Ao exigir a contratação através de organizações da agricultura familiar (associações e cooperativas), tais políticas públicas - PAA e PNAE - impulsionaram a revitalização e/ou criação de entidades associativas de caráter econômico que necessariamente precisam estar organizadas tanto no aspecto formal quanto político-organizativo para dar conta das tarefas de produção, transformação, gestão, e resolução de problemas e conflitos decorrentes da inserção na cadeia fornecedora de alimentos para os programas públicos. Outro aspecto relevante, mas ainda necessitando de estudos mais amplos, diz respeito à promoção do

modelo agroecológico nos assentamentos e a questão da cooperação. Percebe-se em várias iniciativas em que se desenvolve a produção agroecológica, a reemergência do fenômeno da cooperação entre os agricultores, inclusive com a formação de grupos de base, de associações e da retomada de processos de mutirão e apoio mútuo direto entre os agricultores (CHRISTOFFOLI et al 2021).

Outro aspecto vinculado ao modelo solidário é o debate em torno da importância do papel desempenhado pelas mulheres. Em 2010, as mulheres representavam 20% da força de trabalho agrícola na América Latina e, no entanto, mesmo em instituições horizontais, como as cooperativas, elas são controladas e organizadas por homens (FAO, 2011). Na Argentina, as cooperativas tradicionais reproduzem as desigualdades da ordem masculina, para além dos valores cooperativos (DE ARCE e PÉREZ, 2019) e, no exemplo mexicano, destaca-se as múltiplas dependências impostas às mulheres camponesas pelos modelos de organização (MINGO, 1997). Estudos recentes em Cuba reconheceram que o hiato de gênero continua, apesar de avanços significativos, presente nas cooperativas agrícolas (RONDÓN et al., 2016).

É necessário também ressaltar que o processo de trabalho na agricultura camponesa se dá basicamente de uma produção primeiramente para a subsistência da unidade familiar, para então vender o pouco excedente produzido. Chayanov, em relação a esta questão social, apontou, entre outras múltiplas questões, que as cooperativas deveriam facilitar a acumulação de camponeses por meio do trabalho conjunto sobre os elementos de produção em que eles podem aumentar seus excedentes aumentando o volume de produção. Ele não concebeu cooperativas que estenderam sua atividade para fora da esfera dos próprios produtores, pois isso reduzia o retorno de capital aos associados (CHAYANOV, 2017).

A guisa de conclusão, o instrumento jurídico organizativo da cooperativa possibilita a agricultura camponesa-familiar a) experimentar processos de trabalho com relações sociais autogeridas b) propiciar maior volume e melhores preços com o mercado c) gerar renda aos associados, capacitações técnicas e criação de redes de solidariedade; d) acesso a políticas públicas; e) desenvolvimento territorial.

No entanto, limites são colocados ao cooperativismo rural popular e solidário na América Latina. O Quadro 01 apresenta breves traços comparativos entre Brasil, Argentina e México e possíveis estratégias para superação dos limites.

Quadro 01 - Desafios, limites e estratégias para o cooperativismo rural solidário na América Latina

Eixos comparativos	Brasil	Argentina	México	Estratégias para superação dos limites
Bloco de poder	Legislação e controle dominado pela classe dominante agrária representada pela OCB.	Domínio das grandes cooperativas do agronegócio sobre estrutura econômica e Estado.	Forte controle corporativo das centrais camponesas sobre as cooperativas agropecuárias de base.	Impulsar a organização autônoma das cooperativas agropecuárias mediante a criação de uma Confederação do ramo.
Tipo de vínculo com Estado	Ausência de políticas públicas para o cooperativismo solidário (crédito, assistência técnica).	Embora existam políticas específicas para pequenos produtores, não há capacidade de influenciar grandes linhas e recursos destinados ao cooperativismo.	Abandono literal do campo e viés anti-camponês das políticas públicas de desenvolvimento agrícola.	Reforçar a capacidade de incidência do movimento cooperativo nacional a fim de obrigar os representantes do Governo Federal a pactuar políticas de desenvolvimento agropecuário.
Educação cooperativista	Legislação e controle dos recursos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) dominado pela classe dominante agrária representada pela OCB.	Ausência de educação popular estendida sobre cooperativismo.	Excesso de figuras associativas rurais que dispersam e fragmentam o processo de organização unitária dos camponeses.	Fortalecer a identidade associativa das cooperativas agropecuárias por meio de processos permanentes de capacitação cooperativa.
Modelo de mercado em que as cooperativas operam	Mercado autorregulado e as próprias métricas de eficácia e	Baixa regulamentação nas áreas de produção e <i>marketing</i> (como	Escassa educação cooperativa dos sócios e diretores das cooperativas agropecuárias.	As cooperativas agrícolas devem se esforçar para obter controle sobre os mercados locais de alimentos e

	eficiência capitalista.	imposto sobre as exportações).		produtos primários nas regiões onde estão estabelecidas.
Características de gestão das organizações	Precários mecanismos de gestão.	Baixo nível de profissionalismo na gestão, com algumas experiências que começam a aprofundar (UTT, FECOFE, etc.).	Desmantelamento ou dissolução do papel do crime organizado no campo.	Reativar o tecido social no campo e melhorar as capacidades técnicas, gerenciais e associativas das cooperativas agrícolas.
Projeto político-econômico para a agricultura	A União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) congrega o projeto do cooperativismo rural solidário como base no desenvolvimento rural do país.	Desde o fim do governo neoliberal de Macri (2019), a articulação dos sujeitos sociais. Projetos alternativos de diferentes graus de radicalismo (reforma agrária e centro de comercialização).	Até hoje, as cooperativas agrícolas nacionais não conseguiram formular seu próprio projeto de desenvolvimento agrícola para o país.	Incentivar o debate e a discussão coletiva sobre o conteúdo de um possível projeto compartilhado de futuro para o campo latinoamericano no qual as cooperativas agrícolas assumem um papel central.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Finalmente, é significativo que, diante do contexto de COVID-19, em que a insegurança alimentar e nutricional, a inflação de alimentos e a iminência da fome escancaram a lógica dominante dependente agrário exportador, torna-se essencial, na América Latina, a indução e fortalecimento da agricultura familiar camponesa e originária, que envoltas do cooperativismo rural solidário reconstruam as políticas de desenvolvimento rural.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ARTIGOS DA EDIÇÃO ESPECIAL

Preliminarmente, gostaríamos de reiterar os agradecimentos aos editores da Revista PEGADA, aos autores que submeteram seus textos a Edição Especial e aos pareceristas. Houve um expressivo *quantum* de textos recebidos, o que revela a importância e a efervescente presença da temática do cooperativismo rural na América Latina na realidade atual e no ambiente acadêmico.

Como procedimento organizativo, dividimos a Edição Especial em 02 volumes.

No Volume I, publicamos 14 artigos:

O artigo de autoria de Marcos Roberto Pires Gregolin e Renato Santos de Souza e intitulado DÁ ORIGEM AO CISMA: O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA BRASILEIRO E O DUALISMO REPRESENTATIVO, desvela os movimentos que resultaram na cisão do movimento cooperativista, que deu origem a binômios como tradicional/novo e empresarial/solidário

O artigo de autoria de Henrique Tahan Novaes e João Henrique Pires, intitulado O PAPEL EDUCATIVO DAS COOPERATIVAS DO MST DE SÃO PAULO NA LUTA CONTRA O ESTADO CAPITALISTA, aborda o papel educativo da cooperação e do cooperativismo do Movimentos Sem Terra na luta pela construção do trabalho emancipado e contra o Estado capitalista.

O texto de autoria de Larissa Donato e Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira, intitulado CONSEQUÊNCIA CAPITALISTA NA FORMULAÇÃO DA PAISAGEM – O NORTE DO PARANÁ ANALISADO A PARTIR DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL, desvenda as falhas legais do Cadastro Ambiental Rural no Norte do Pará

O artigo de autoria de Eloiza Andréa Moraes Silva, Fábio Luiz Búrigo, Ademir Antonio Cazella, denominado COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A APLICAÇÃO DO SÉTIMO PRINCÍPIO COOPERATIVISTA – INTERESSE PELA COMUNIDADE, teve por objetivo sistematizar e analisar as ações em relação ao sétimo princípio cooperativista da Cooperativa de Crédito Cresol Vale Europeu em Santa Catarina.

O trabalho de autoria de Ana Maria Rita Milani e Rejane Soares de Oliveira, intitulado COOPERATIVISMO NO BAIRRO VERGEL DO LAGO NA LAGOA MUNDAÚ – MACEIÓ, ALAGOAS E A CRIAÇÃO DA COOPERATIVAS DE TRABALHO DAS MARISQUEIRAS MULHERES GUERREIRAS (COOPMARIS), analisaram como o processo de autogestão e cooperativismo podem trazer melhores perspectivas para a COOPMARIS na produção de sururu.

O artigo de autoria de Lisandro Ramon Rodriguez, intitulado EL COOPERATIVISMO YERBATERO ARGENTINO FRENTE AL PROCESO DE CONCENTRACIÓN AGRARIA, explora as estratégias de ação coletiva implementadas

pelas cooperativas argentinas frente ao avanço e consolidação do agronegócio como modelo de acumulação.

O artigo de autoria de Flávio dos Santos e Christiane Senhorinha Soares Campos, intitulado SEMEANDO A RESISTÊNCIA CAMPONESA: UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO NA HISTÓRIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS, destaca a experiência do trabalho coletivo voltado para a preservação das sementes crioulas no semiárido alagoano, prática que, a partir de 1990, passou a ser conduzida pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes, criada para organizar e expandir o trabalho de guarda das cultivares crioulas nas comunidades rurais.

O artigo de autoria de Camila Rolim Laricchia e Francisco de Paula Antunes Lima, com o título A FORMAÇÃO DE COLETIVOS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA, estuda a cooperação agrícola, seus limites e potencialidades exercitados em coletivos de produção em assentamentos de reforma agrária.

O texto de autoria Pedro Cassiano Oliveira, intitulado COOPERATIVISMO RURAL E HEGEMONIA DO PATRONATO RURAL NO BRASIL: (1969-1990), investiga o cooperativismo rural, a partir da década de 1970, reproduzido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e como ele alinhou-se com a política de extensão rural realizada pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

O artigo de Liberio Victorino Ramirez e Yschel Soto Espinoza, denominado COMUNALIDADE, PEDAGOGIA E COOPERATIVISMO, retrata algumas experiências de povos indígenas do México, buscando interpretar, a partir de uma perspectiva intersubjetiva e transcultural, as relações recíprocas que são vividas nas comunidades indígenas de Abya Yala, atualmente no México, especialmente nas comunidades de Oaxaca e Guerrero.

O artigo de Wilian Padilha, Fernando Rodrigo Farias e Carlos José Espíndola, intitulado A DINÂMICA DA FORMAÇÃO DE GRANDES COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS COOPERATIVOS DO SUL DO BRASIL: DA DÉCADA DE 1950 AOS ANOS 2000, analisa o processo de formação e evolução dos complexos agroindustriais do cooperativismo agropecuário na Região Sul do Brasil, entre 1950 e 1970, e seu movimento de adaptação e superação da crise no pós-1980.

O artigo de Diná Andrade Lima Ramos Ramos, Lamounier Erthal Villela e Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento, titulado **COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE/RJ, BRASIL**, expõe as iniciativas das comunidades rurais e pesqueiras no Território Rural da Baía da Ilha Grande-RJ, estruturadas em ações cooperadas e solidárias, para a inclusão socioprodutiva.

O artigo de Juliana Sousa e Roberto Leher, intitulado **REESTRUTURAÇÕES NA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA: DESAFIOS PARA ORGANIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**, identifica as mudanças organizacionais e de normas técnicas na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão, Maranhão, e os efeitos acarretados nos pequenos produtores.

Por fim, o artigo de Cristina Sturmer dos Santos, intitulado **TRABALHO E RENDA: FORMATOS DE REMUNERAÇÃO EM COOPERATIVAS**, investiga as formas de remuneração do trabalho utilizados na cooperativa C, que está em funcionamento desde 1993 e mobiliza seu quadro social dentro do Assentamento Coletivo Santa Maria e com outras famílias assentadas da região noroeste do Paraná.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura e reflexões.

REFERÊNCIAS

AZERÊDO, R.F, **Agronegócio cooperativo da COAMO: territorialização, poder e controle**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016.

AZERÊDO, R. F.; BAGENETA, J. M.; CHRISTOFFOLI, P. I. **Territorialização do Cooperativismo Agrário Frente à Consolidação do Modelo do Agronegócio**: Estudos de Casos na Argentina e Brasil. *Revista Pegada*, v. 19, n.1, p. 118-149, 2018.

BAGENETA, José Martín. Cooperativas agropecuárias: Argentina, siglo XX y comienzos del XXI. En: Muzlera, José y Solomón, Alejandra (Coord.) **Diccionario del Agro Iberoamericano**. Buenos Aires: Teseo Press, 2019. p.

BAUDIN, Louis. **El imperio socialista de los Incas**. Santiago de Chile: Zig Zag, 1961.

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980. FEE Teses, Porto Alegre/RS, n. 5, 3ª impressão, set. 1992. 171 p.

- CHACON, Vamireh. **Cooperativismo e comunitarismo**: Estudo de organização sócio-econômica. Estudos Sociais e Políticos, n. 5, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Universidade de Minas Gerais, 1959.
- CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre, Brasil: UFRGS, 2017.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Estímulo à cooperação entre os beneficiários da reforma agrária**. Revista ABRA, v. 4, p. 135-147, 2008.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; PRESA, Rosecleia Burei; CHRISTOFFOLI, Gustavo Trento; AZERÊDO, Raoni Fernandes. Efeito indução do PAA e PNAE a adoção da cooperação e da agroecologia por agricultores familiares assentados. Publicação no Prelo. Anais do III Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária. 2021
- COQUE MARTÍNEZ, Jorge. **Las cooperativas en América Latina**: visión histórica general y comentario de algunos países tipo. CIRIEC, n. 43, p. 145-172, 2002.
- CRACOGNA, D. **Cooperativismo Agrario Argentino**. Cuadernos de Cultura Cooperativa, 34, 1968. 1-231.
- DE ARCE, Alejandra; PÉREZ GAÑÁN, Rocío. **Trabajar con el hogar a cuestas. Tensiones de género en el cooperativismo agrario argentino**: el caso de CONINAGRO. Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo, n. 5, enero/jun. 2019.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: Mudanças cíclicas em meio século (1965- 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 142 p.
- FAO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación**: Las mujeres en la agricultura: cerrar la brecha de género en aras del desarrollo. Roma: FAO, 2011. Disponível em: www.fao.org/docrep/013/i2050s/i2050s.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.
- FARIAS, Fernando. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, PPGG-UFSC, Florianópolis, 2015.
- GONÇALVES, José Sidnei. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura**. Relatório de Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1987. 47 p.
- GUTIÉRREZ, Juan David. **‘Smallholders’ Agricultural Cooperatives in Colombia: ¿Vehicles for Rural Development?**. Revista Desarrollo y Sociedad, n. 73, p. 219-271, 2014.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-1995-1996>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- KAPLAN DE DRIMER, Alicia. **El XXXI congreso de la alianza cooperativa internacional y la nueva formulación de los principios cooperativos**. Anuario de estudios cooperativos, n. 1, p. 124-276, 1995.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LATTUADA, Mario. **Acción colectiva y corporaciones agrarias en la Argentina**: Transformaciones institucionales a fines del siglo XX. Bernal: Editorial UNQ, 2006. 272 p.

- LENIN, Vladímir Ilich. **Obras escogidas**. Moscú: Progreso, 1961.
- LOPES, Mauro de Rezende *et al.* (org.). **Gestão estratégica e reformas nas cooperativas agropecuárias brasileiras: Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa/MG: UFV, Departamento de Economia Rural, 2002. 305 p.
- LUXEMBURG, Rosa. **Discursos ante el Congreso de Hanover**. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/luxem/1899/10/han.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- MATEO, Graciela. **Cooperativas agrarias y peronismo**. Buenos Aires, Argentina: CICCUS, 2012.
- MINGO, Araceli. **¿Autonomía o sujeción? Dinámica, instituciones y formación en una microempresa de campesinas**. México: CEU–UNAM, 1997.
- MOGROVEJO, Rodrigo; MORA, Alberto; VANHUYNEGEM, Philippe (eds.). **El cooperativismo em América Latina: Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible**. La Paz: OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012. 400 p.
- NAVAS, Daniel. **Agricultura y cooperativismo. El binomio necesario: La experiencia Latinoamericana**. Turin, Italia: OIT, 2004. Disponível em: <https://www.cegea.upv.es/files/2017/11/Daniel-Navas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília/DF: OCB/GERMEC, 2002.
- OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. Disponível em: www.ocb.org.br/numeros. Acesso em: 7 nov. 2020.
- OLIVERA, Gabriela. Cooperativas y gremios chacareros como piezas claves en la política agraria peronista. In: J. Balsa y S. Lázzaro (Coords.). **Agro y política en Argentina**. Buenos Aires, Argentina: CICCUS, 2014. p. 263-316.
- OSWALD, Úrsula; SERRANO, Jorge. **El cooperativismo agrario en México: implantador del capitalismo estatal dependiente**. Revista Mexicana de Sociología, vol.40, p. 273-284, 1978. <https://doi.org/10.2307/3539691>.
- PADILHA, Wilian. **Capital financeiro e cooperativismo agropecuário da Região Sul**. 2019. 457p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, PPGG-UFSC, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214930/PGCN0712-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 set. 2021.
- PALMISANO, Tomás. **Alternativas al agronegocio en la provincia de Buenos Aires: dos casos de estudio**. EUTOPIA, n.16, p. 183-205, 2019.
- PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo**. São Paulo: Desa, 1966. 154 p.
- PINHO, Diva Benevides. **Evolución del Pensamiento cooperativista**. Cuadernos de Cultura Cooperativa, Buenos Aires, n. 76, 1987. 157 p.
- REGO, José de Jesus Moreira de Moraes. **Cooperativismo no tempo**. 2 ed. Jaboaão/PE: Nordeste, 1977. 99 p.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 78 p. (Coleção primeiros passos 189)
- ROJAS HERRERA, Juan José. **Panorama general del cooperativismo agropecuario en México**. Estudios Agrarios, v. 19, n. 53-54, p. 121-138, 2013. Disponível em:

http://www.pa.gob.mx/publica/rev_53-54/analisis/panorama_general.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

RONDÓN, Maribel Almaguer; ALVAREZ, Marianela Rosa Parrado; ARMENTEROS, Ana Lidia Torres; LARA, Liuba López. **Las relaciones de género en cooperativas agropecuarias de Camagüey, Cuba.** 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331789008_Brechas_en_las_relaciones_de_genero_en_cooperativas_agricolas_del_municipio_de_Camaguey_Cuba. Acesso em: 25 nov. 2020.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes, 1998. 182 p.

YURI IZQUIERDO, Mario. **Quince años en el cooperativismo agrario argentino (1953-1968).** Cuadernos de Cultura Cooperativa, n. 42, p. 1-209, 1972.

WAHREN, Juan; GARCÍA GUERREIRO, Luciana. **Campesinado, territorios en disputa y nuevas estrategias de comercialización de la producción campesina en Argentina.** Veredas 28, p. 297-342, 2014.

Submetido em julho de 2021

Aceito em agosto de 2021